PROJETO DE LEI Nº , DE 2012
(Do Sr. Paulo Foletto)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a renovação da Carteira Nacional de Habilitação em qualquer Unidade da Federação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei modifica o § 2º do art. 147 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a renovação do exame de aptidão física e mental em qualquer Estado ou no Distrito Federal.

Art. 2º O § 2º do art. 147 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 147.
.....

§ 2º O exame de aptidão física e mental será preliminar e renovável a cada cinco anos, ou a cada três anos para condutores com mais de sessenta e cinco anos de idade, podendo a renovação ser realizada em qualquer Estado ou no Distrito Federal, nos termos de regulamentação do CONTRAN.
.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A atual redação do § 2º do art. 147 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB –, estabelece que o exame de aptidão física e mental, necessário para o processo de habilitação dos condutores, deve ser realizado e renovado *“no local de residência ou domicílio do examinado”*.

Concordamos que essa exigência seja aplicada no caso da primeira avaliação de aptidão física e mental a que se submete o candidato, pois existe todo um processo subsequente de etapas de exames que devem ser cumpridos pelo candidato.

Porém, quando se trata da renovação dos exames de aptidão física e mental, os quais condicionam a validade do documento de habilitação, temos de considerar que não são raros os casos de pessoas que se encontram por longos períodos fora de seu domicílio, muitas vezes por razão de trabalho, e que ficam impedidos de renovar sua habilitação, por estarem em outra Unidade da Federação.

Na realidade, diante dos atuais avanços da informática, e da integração em todo o Brasil de sistemas como o Registro Nacional de Carteiras de Habilitação – RENACH –, organizado e mantido pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN –, não faz sentido restringir os locais onde os cidadãos podem realizar os exames necessários à renovação de sua Carteira Nacional de Habilitação – CNH.

Dessa forma, não há dificuldade para que os órgãos de trânsito de qualquer Unidade da Federação acessem o RENACH e possibilitem a realização dos exames necessários para a renovação da habilitação, mesmo para os condutores que tenham residência fixa em outro Estado. Para que esse processo ocorra de forma padronizada e organizada, será necessária, porém, a regulamentação do tema pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Considerando esses aspectos, apresentamos o presente projeto de lei, para permitir a renovação da Carteira Nacional de Habilitação em qualquer Unidade da Federação. Acreditamos que essa medida facilitará a vida dos condutores de veículos e, dessa forma, contribuirá para maior eficácia da legislação de trânsito. Em face da importância dessa proposta, contamos com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado PAULO FOLETTTO

2012_18582_Paulo Foletto.docx_230